



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

# Emendas Especiais no âmbito do Controle Interno

Amanda Azeredo e Silva

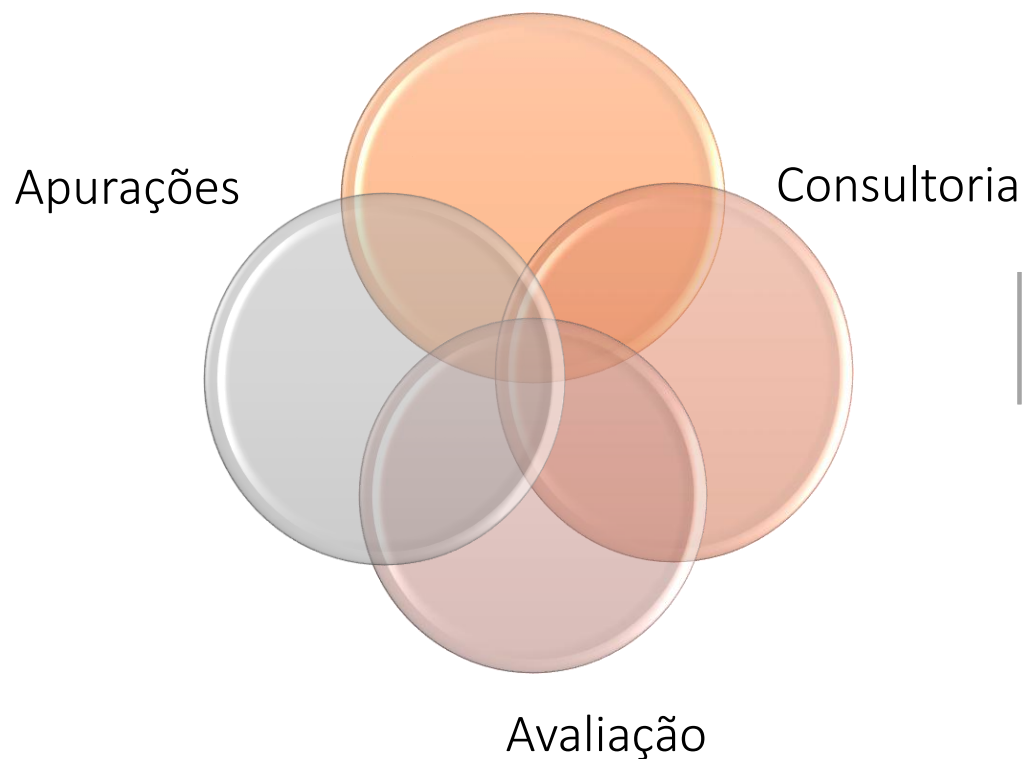
Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Logística, Transferências Voluntárias e TCE

Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão – DG

Secretaria Federal de Controle Interno – SFC

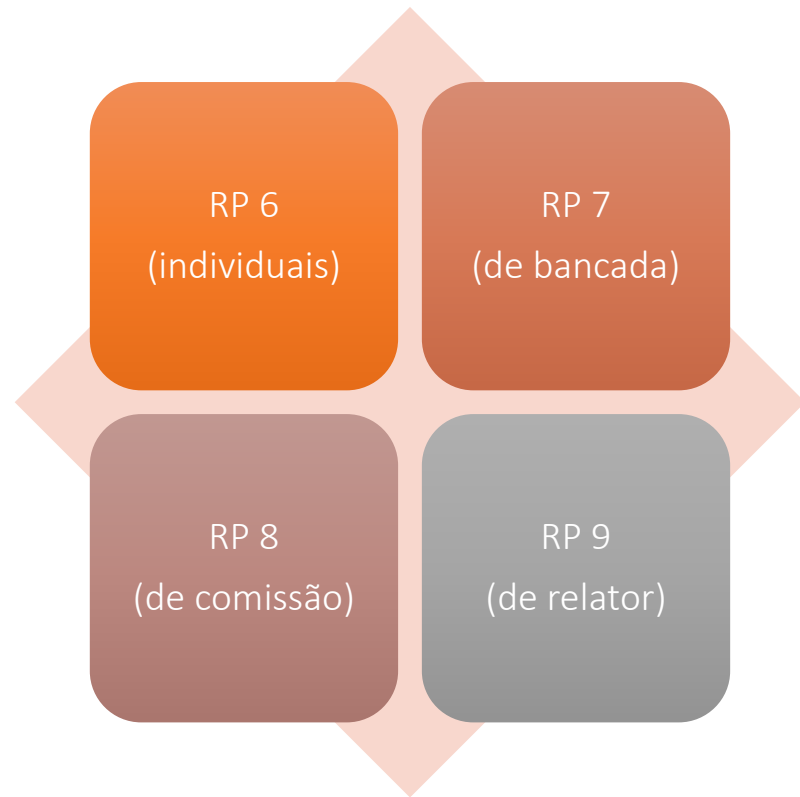
# Auditoria Interna Governamental

Independente e Objetiva



- Avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos;
- Adicionar valor e melhorar as operações de uma organização;
- Averiguar atos e fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidade.

# Quais são as espécies de emendas parlamentares?



## RP 6:

CF/88 (Incluído pela EC nº 105/2019):

Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de:

I - transferência especial; ou

II - transferência com finalidade definida.

# Emenda Constitucional nº 105/2019 –

## Transferências Especiais

*Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados,*

*ao Distrito Federal e a Municípios por meio de:*

*I - transferência especial; ou*

*II - transferência com finalidade definida.*

**§ 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de:**

**I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; e**

**II - encargos referentes ao serviço da dívida.**



*§ 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos:*

*I - serão **repassados** diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere;*

*II - **pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira;** e*

*III - serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 5º deste artigo.*

*§ 3º O ente federado beneficiado da transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo poderá firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.*

*§ 4º Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os recursos serão:*

*I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e*

*II - aplicados nas áreas de competência constitucional da União.*

*§ 5º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo*

# Avaliação de emendas parlamentares individuais alocadas em Transferências Especiais

## Quais foram os controles identificados?

- Vedação ao uso do recurso para pagamento de pessoal e de dívida.
- Exigência de aceite do beneficiário e informação de conta bancária na plataforma +Brasil.
- Possibilidade de apresentação de relatório de gestão, a ser incluído na plataforma +Brasil.
- Definição de que a aplicação de recursos seja em atividade finalística.
- Obrigatoriedade do uso do Pregão Eletrônico na aquisição de bens e serviços comuns (citada na Plataforma, mas sem um documento específico).

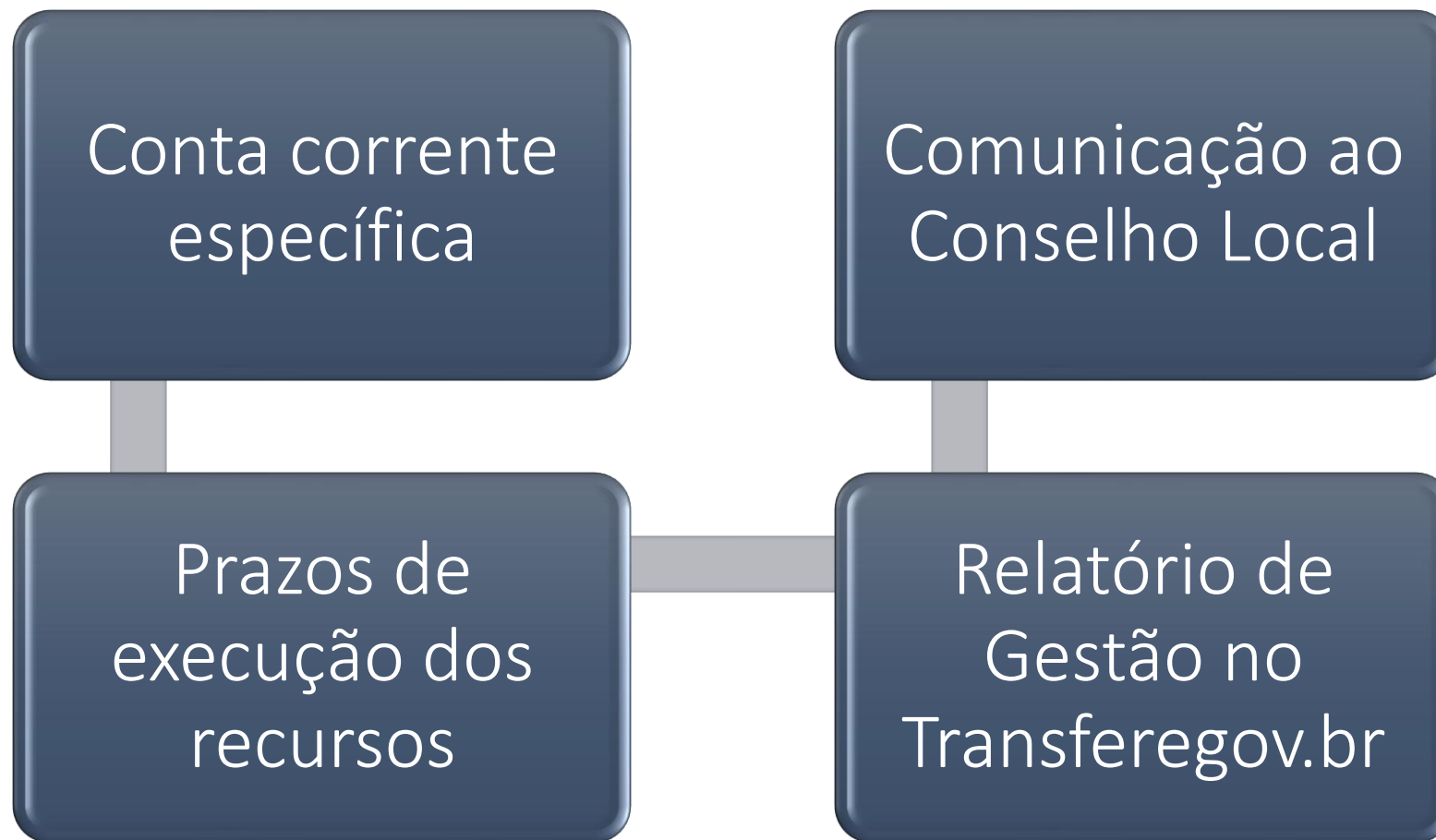


## Recomendações?

- Limite de prazo para aplicação dos recursos de emendas individuais na modalidade transferências especiais; normatização sobre a devolução dos recursos não usufruídos e correta utilização da fonte de recursos;
- Normatização: exclusividade do ente beneficiado na escolha da destinação dos recursos e descumprimento do ordenamento legal disciplinado no art. 24 da Lei nº 13.019/2014, art. 1º do Decreto nº 10.024/2019 e art. 166-A da Constituição Federal (EC nº 105/2019);
- Apresentação obrigatória de relatório de execução, com periodicidade e conteúdo definidos, e inclusão no sistema de transferências do Poder Executivo Federal, de forma a possibilitar o acompanhamento da aplicação desses recursos pela sociedade.

# TCU aprova instrução normativa para ampliar transparência de transferências especiais feitas a estados e municípios

Instrução Normativa (IN) nº 93, de 17 de janeiro de 2024



## Transferências especiais (emendas parlamentares) para entes federados: recursos repassados a entidades do terceiro setor (ADI 7688)

1 – Direcionamento da emenda para organização ou objeto específico;

10 ONGs/Entidades

2 – Ausência de Chamamento Público ou de Concurso de Projetos;

3 – Ausência de capacidade operacional e técnica para execução do objeto celebrado;

4 – Plano de trabalho não adequadamente planejado e estruturado para execução eficiente e eficaz do objeto pactuado;

5 – Não observância de critérios objetivos para a aquisição de bens, a contratação de serviços e na execução do objeto pactuado;

## Transferências especiais (emendas parlamentares) para entes federados: recursos repassados a entidades do terceiro setor (ADI 7688)

5 – Não observância de critérios objetivos para a aquisição de bens, a contratação de serviços e na execução do objeto pactuado;

10 ONGs/Entidades

6 – Ausência de mecanismos para monitorar a execução do objeto e o alcance das metas pactuadas;

7 – Restrição à competitividade em processo licitatório;

8 – Ausência de transparência dos recursos recebidos; e

9 – Possível sobreposição entre objetos executados por Termo de Fomento e outras fontes de financiamento.

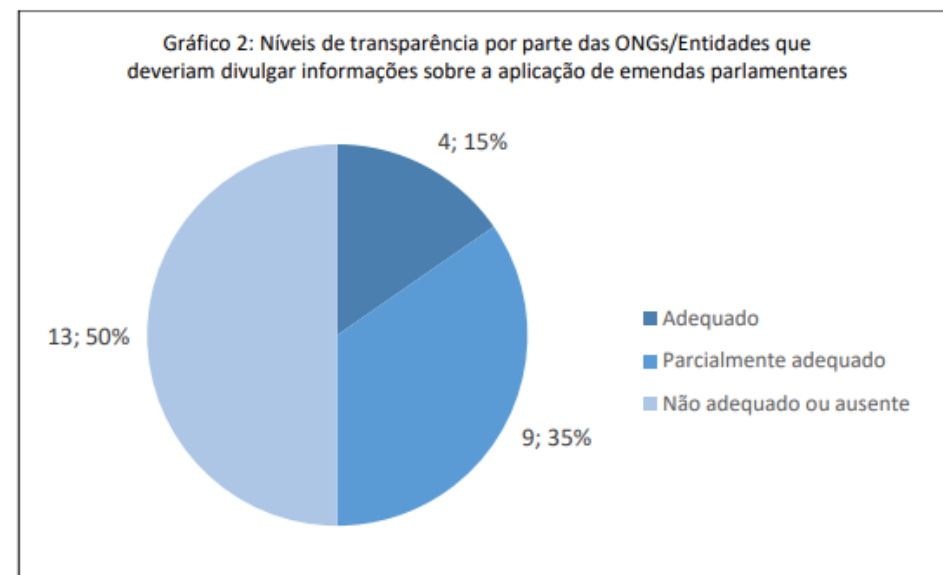
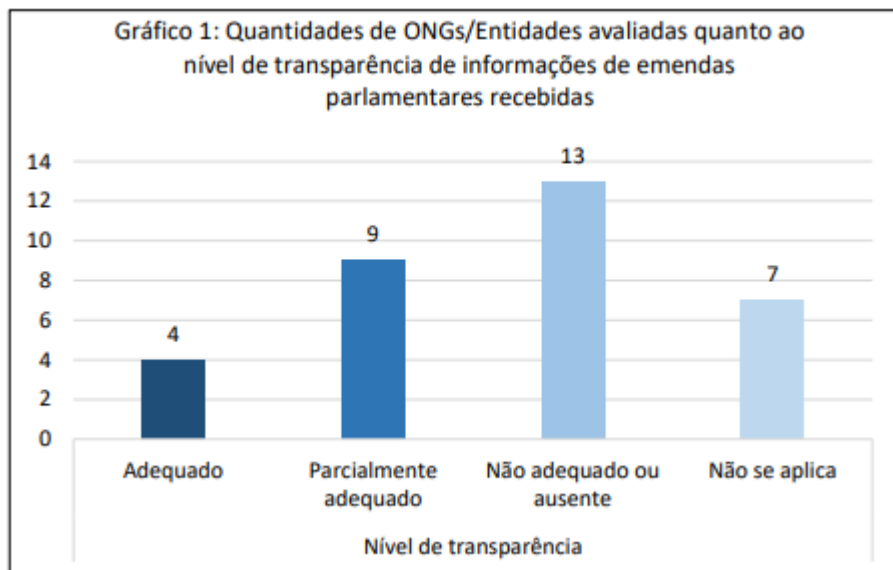
# Emendas parlamentares em benefício de Organização Não Governamental - ONG e demais entidades do terceiro setor (ADPF 854)

## Questões:

- 1 – A organização fornece transparência adequada na divulgação dos recursos recebidos?
- 2 – Houve liberação de recursos para ONGs com irregularidade detectada? Não

33 ONGs/Entidades

Acessibilidade, clareza,  
detalhamento e completude



# Emendas Especiais

## Planejamento das entregas 2025



Entes Federados | Auditoria da aplicação, economicidade e efetividade sobre as transferências especiais (“emendas PIX”), em execução em 2024 | **(ADI 7688)**



OSCs | Auditoria de todos os repasses de “emendas PIX” em benefício de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024 | **(ADI 7688)**



Planos de Trabalho | Auditoria sobre a execução dos Planos de Trabalho “aprovados” no Transferegov | **(ADPF 854)**



Planos de Trabalho | Auditoria sobre a execução dos Planos de Trabalho “aprovados” no Transferegov | **(ADPF 854)**

# Emendas Especiais no âmbito do Controle Interno

Obrigado!

Acesse:

<https://portaldatransparencia.gov.br/>  
<https://www.gov.br/gestao/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios-da-cgu>